



ESTRATÉGIAS PARA DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA ÓTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

ANA CAROLINA FIGUEIRA SANTOS¹

MARLI CHIARANI²

SIMONE FERREIRA DE SOUZA DE OLIVEIRA³

RESUMO: A evasão escolar é um assunto que vem sendo cada vez mais estudado em meios científicos e isso se justifica pelos impactos ocasionados por esse evento. As causas são as mais diversas como, por exemplo, o pouco incentivo familiar que, muitas vezes, acontece por falta de escolaridade dos próprios familiares ou cuidadores. A necessidade de que a criança ou adolescente trabalhe para complementar a renda familiar também é um fator ativo e comum a ser encontrado, além da falta de preparo de parcela dos profissionais e a exclusão nas escolas que também são uma realidade presente. A falta de comunicação entre escola e família são fatores que dificultam o processo de ensino e aprendizagem e os altos números de diagnósticos fazem com que alunos sofram com a exclusão em instituições de ensino, assim, favorecendo o processo de evasão escolar. Este trabalho abordou a perspectiva da Psicologia Escolar, destacando as dificuldades enfrentadas por alunos no ambiente escolar e os fatores que contribuem para a evasão escolar. Explorou também aspectos educacionais relacionados a crianças e adolescentes, examinando a influência da família e sua integração social. Além disso, discuti as políticas públicas e leis que visam apoiar o público em questão. O objetivo principal foi fornecer uma visão abrangente dos diversos elementos que impactam o desenvolvimento e a permanência dos alunos na escola, considerando tanto aspectos psicológicos quanto socioeconômicos. Para a elaboração desse trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que é o levantamento de dados na literatura tornada pública sobre o objeto em estudo. Este trabalho aponta que o psicólogo escolar pode ser usado como ferramenta de apoio na assessoria de dificuldades que, em geral, resultam na evasão escolar e, com isso, firma-se a importância desses profissionais inclusos na grade de colaboradores dessas instituições.

Palavras-chave: Educação. Evasão escolar. Psicologia escolar.

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES ON SCHOOL DROPOUT

ABSTRACT: School dropout is a subject that has been increasingly studied in scientific circles and this is justified by the impacts caused by this event. The causes are the most diverse, such as the lack of family encouragement, which often happens due to the lack of education of the family members or caregivers. The need for the child or adolescent to work to supplement the family income is also an active and common factor to be found. The lack of preparation of professionals and exclusion in schools is a present reality. The lack of communication between

¹ Acadêmica de Graduação. Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIPE. Endereço eletrônico: psicarolina.anas@gmail.com

² Professora Mestre em Letras. Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIPE. Endereço Eletrônico: m_chiarani@hotmail.com

³ Professora Especialista em Psicologia. Curso de Psicologia, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIPE. Endereço Eletrônico: psicosimone@outlook.com



school and family are factors that hinder the teaching and learning process and also the high numbers of diagnoses make students suffer from exclusion in educational institutions, thus also favoring the process of school dropout. Teachers and pedagogical teams find it difficult to assist these students and with the active support of a school psychologist, such demands must be neutralized with the use of psychology knowledge. The psychologist can be used as a support tool in ancillary difficulties that may result in dropping out of school and with that the importance of these professionals included in the grid of collaborators of these institutions is confirmed.

Keywords: Education. School dropout. school psychology.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a vulnerabilidade social tem tomado maior proporção desde 1980 e um dos conceitos que podem ser aplicados ao termo é: grupos minoritários que se encontram em situações de vulnerabilidade ou precariedade. Precariedade essa que se caracteriza como fatores de riscos em muitas famílias brasileiras. No Brasil, segundo a constituição, é dever do Estado garantir o acesso à Educação para todos os brasileiros (BRASIL, 1988).

As políticas públicas são conjuntos de procedimentos direcionados à resolução de conflitos, de forma pacífica, na alocação de bens e recursos públicos, visando garantir o atendimento de direitos constitucionais aos cidadãos brasileiros e, apesar destas políticas possuírem objetivos e metas definidas em prol de determinado público, a sua implementação condiciona-se a interesses governamentais, ou seja, elas são condicionadas em programas, projetos e planos governamentais, cuja implementação compreende um processo estruturado, articulando diversos tipos de recursos, dentre eles, recursos materiais, humanos, financeiros, informacionais e institucionais (RUA, 2014; MELLO, 2015).

Nobre (2003) corrobora que um dos principais papéis da escola é, por meio de processos educativos, despertar o compromisso social, fazendo uma aliança com entidades e grupos sociais, com objetivo de preparar e capacitar esse indivíduo a pensar além das fronteiras do seu meio social.

Assim, neste trabalho, foi apresentado o olhar da Psicologia escolar levando em conta as dificuldades de alunos nesse meio e as dificuldades que contribuem para a evasão escolar, os aspectos educacionais de crianças e adolescentes, a família e sua inserção social, além das políticas públicas e leis relacionadas ao amparo desse público.

Para a construção desse trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e as bibliografias utilizadas apresentam um recorte temporal, para os artigos, de cinco anos, ou seja, publicações compreendidas entre 2018 e 2023. Entretanto, também foram utilizadas algumas obras, consideradas fundamentais para esta pesquisa, que são de anos anteriores. Procedeu-se ao levantamento e análise de artigos, teses e dissertações que contemplem a temática, nas bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “Vulnerabilidade” “Educação” “Políticas Públicas”.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Psicologia e o Indivíduo

Ao falar da Psicologia, fundamentalmente, faz-se referência à dimensão do ser humano que responde ao mundo mental, representacional e simbólico: observando-se que jamais alguém conseguiu caracterizar, efetivamente, essa misteriosa relação entre o biológico e o psíquico, revelado no mito fundante da humanidade (GUARESCHI, 2018).

As teorias psicológicas, nas suas várias perspectivas, têm vindo a calibrar e a definir o sujeito humano, agrupando características que circunscrevem e fixam o que é “anormal”, o que é “patológico” e, num certo sentido, o que é expectável (ALMEIDA, 2019).

Em tradução à obra *The behavior of organisms* de Skinner de 1938, Smith (2010) esclarece que, para Skinner, era impossível limitar o indivíduo a apenas sua singularidade e seu objeto de estudo passa a ser o indivíduo e o meio em que este está inserido. Esta relação do indivíduo e o meio, mais tarde, foi chamada de estímulos e respostas.

A relação do ser humano com o ambiente é de ordem física e simbólica, os espaços são multidimensionais e compartilham da mesma materialidade e subjetividade que os seres humanos. Na identificação com os espaços, o sujeito pode construir sua subjetividade, significando a si próprio e à sua vida (FEITOSA *et al.*, 2018).

Assim, a realidade de exclusão, desigualdade social e de inacessibilidade a políticas públicas impacta consideravelmente o desenvolvimento psicológico de todos os indivíduos, inclusive de crianças, adolescentes e jovens brasileiros (PESSOA; COMIN, 2020).

Um dos processos mais importantes da interação indivíduo-ambiente está relacionado à conversão do espaço físico em espaço significativo para o indivíduo, considerando-se que o ambiente tem a característica de ser um território emocional (FEITOSA *et al.*, 2018).

2.2 A Família e Inserção no Meio Social

Como toda instituição, a família tem características culturais; como núcleo afetivo e solidário, cada membro que o compõe é influenciado pelos contextos que são experimentados no convívio. A constituição familiar, como de ordem singular, define que cada família e cada pessoa constrói um conceito de família de acordo com sua vivência (DA SILVA *et al.*, 2019).

Pode-se dizer, que o espaço social a que uma família pertence relaciona-se com a forma de existir e perceber o mundo dos indivíduos que ela compõe (DA SILVA *et al.*, 2019).

Segundo Da Silva *et al.* (2019), a centralidade na família no que se refere às políticas públicas como sendo o ponto de confluência da realidade da criança, do adolescente e demais membros familiares, independe das situações de conflitos e ambiguidades geradas ao plano de fundo da vulnerabilidade social.

2.3 A Escola

Os resultados de estudos educacionais demonstram que pessoas mais escolarizadas registram níveis de ocupação melhores e auferem maiores rendimentos, além de ter chances de mobilidade social ascendente. Em paralelo, os órgãos competentes também têm incentivos para fornecerem infraestrutura e políticas adequadas para ampliar as oportunidades educacionais para a população. Uma população com índice de escolaridade elevado, melhora seu engajamento social e apresenta candidatos ao mercado de trabalho mais qualificados, o que pode aumentar a arrecadação (IBGE, 2020).

A Educação é entendida como um investimento que traz implicações econômicas importantes, pois, uma sociedade com maior índice de escolaridade e graus mais avançados de



ensino, associa-se a maiores rendimentos e, mesmo não sendo o único fator determinante para tais retornos, produz efeitos maiores na produtividade econômica que outros investimentos (MEDEIROS *et al.*, 2019).

2.4 Educação e Vulnerabilidade

Segundo a pesquisa apresentada pelo IBGE através da PNAD contínua, o nível de instrução tem relação direta ao rendimento médio mensal de uma região, levando em consideração todos os trabalhos que evidenciam que, quanto maior o nível de instrução, maior o rendimento (IBGE, 2019). A partir deste pressuposto, entende-se que o nível educacional reflete diretamente na relação mercado de trabalho, renda e crescimento profissional.

A vulnerabilidade social que, por si é um problema que afeta todos os envolvidos no contexto, atinge as crianças e adolescentes, desperta preocupações por parte de alguns setores, devido à possível falta de perspectiva de vida que, em geral, produz. A Educação é considerada a área mais importante no desenvolvimento de uma nação, sendo caracterizada como principal índice de justiça social de um povo (DA SILVA *et al.*, 2019).

Para que resultados possam ser atingidos em distintos setores, os governos federal, estaduais e municipais se valem das políticas públicas para beneficiar toda uma sociedade. As políticas públicas são essenciais para a vida no cotidiano da sociedade, sendo necessário planejamento de projetos com foco em resultados que possam abranger todos os que dela necessitem (SANTOS; MELO; PEREIRA, 2020).

2.5 A Educação x Pobreza

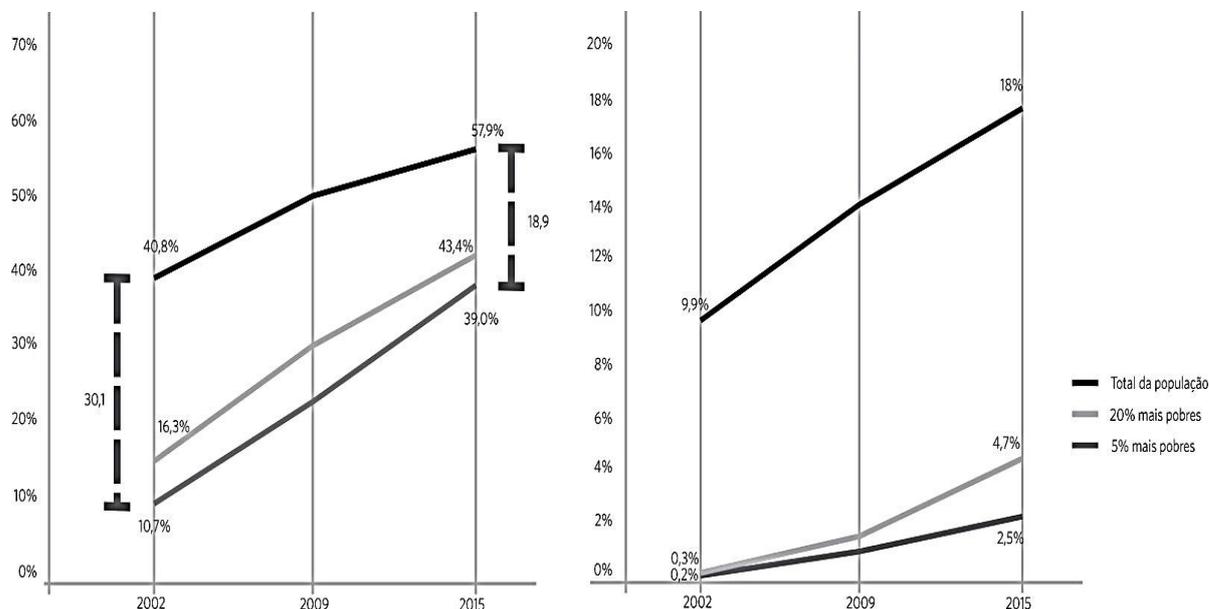
Uma criança sem o acesso à escola, demonstra não somente a violação de seus direitos escolares, mas exibe também a exposição a vulnerabilidades como a exploração do trabalho infantil, violências físicas, verbais e sexuais e outras negligências (POLONIA, 2022).

Ao focar nos impactos econômicos, não se pode pensar somente na distribuição de renda entre os brasileiros, mas incluir também o acesso a serviços públicos. É preciso levar em consideração aspectos como o acesso à água, saneamento, energia, educação, saúde, moradia e bens de consumo, como geladeira, telefone, internet entre outros. Estes aspectos, para muitos, podem ser vistos como bens de consumo, já para a população mais pobres são limitações afetando diretamente o desenvolvimento e a possibilidade de uma vida digna e segura (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018).

O Brasil já alcançou a universalidade do Ensino Básico, entretanto, somente agora tem voltado sua atenção a aspectos da qualidade de ensino. Em pesquisas feitas com emprego de dados do (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, usando indicadores da população mais pobre, pessoas na condição de pensionistas, empregados domésticos e filhos de empregados domésticos, moradores de domicílios sem declaração de rendimentos e domicílios sem rendimento fazendo um comparativo da população que se refere aos 5% e 20% mais pobres nos anos de 2002 a 2015, obteve-se o seguinte resultado:



Figura 1: Percentual da população em nível escolar por idade, faixa de renda e escolaridade ²



Fonte: (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018)

² Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta escola no ensino médio ou etapa de ensino posterior, por faixa de renda, e de 18 a 24 anos que frequenta escola no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por faixa de renda.

Em uma pesquisa feita pelo IBGE e divulgada pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) foram monitoradas 789 crianças com idades de dois a quatro anos durante os anos de 2015 e 2021 na cidade de Campo Novo do Parecis MT, com o intuito de avaliar o hábito de realizar, no mínimo, as três refeições principais do dia. A pesquisa concluiu que somente 23% dessas crianças conseguiram preservar o hábito (SISVAN, 2007).

A fome é consequência da falta do alimento para a sobrevivência e bom funcionamento de suas funções biológicas. Já a desnutrição, trata-se da perpetuação da fome causando a interferência na suplementação energética do organismo (SAWAYA, 2006 *apud* Moyses & Collares 1997). Sawaya (2006) ainda afirma que a merenda escolar, no Brasil, é usada como ferramenta para a redução da fome e desnutrição das crianças e adolescentes.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado na década de 1950 para atender, como prioridade, escolas da rede pública de Educação no que diz respeito à complementação das refeições dos alunos beneficiados. Ele atende cerca de 45 milhões de crianças e adolescentes, sendo importante apontar que, para estudantes em estado de desnutrição, o programa é fundamental para reduzir a privação vivida (FREITAS *et al.*, 2013).

2.6 Saúde e Desempenho

A escola é um ambiente propício para a promoção e desenvolvimento de práticas educativas de saúde e, principalmente, de prevenção e promoção. Pensando nisso, o Programa Saúde na Escola, foi uma estratégia desenvolvida pelo Governo Federal visando à prevenção e promoção da saúde das crianças e adolescentes no âmbito escolar. O programa auxilia no enfrentamento ao combate à vulnerabilidade sofrida por essa população e estabelece a participação efetiva de equipes de Estratégia em Saúde da Família integrados no ambiente escolar respeitando os princípios estabelecidos pelo SUS. Entretanto, pesquisas apontam



dificuldades de adolescentes de desenvolver o aprendizado nos respectivos assuntos, justificando esse déficit com a falta de articulação dos setores da Educação e Saúde e a falta de profissionais aptos a trabalhar com adolescentes, além do modo descontínuo com que são desenvolvidas as ações (BRASIL; SILVA; SILVA; RODRIGUES; QUEIROZ, 2017).

Os estímulos gerados pela globalização têm gerado influência direta na baixa autoestima, na socialização e interação, influenciando também no desenvolvimento de doenças físicas, psicológicas e emocionais; aspectos que interferem de forma negativa na aprendizagem e no desempenho escolar dos alunos. É importante, aqui, fixar o papel da escola em exercer a ação de aprendizado e incorporar as diferenças e, dessa forma, combater a desigualdade (CANCIAN; CAZAROLLI; FACHIN, 2021).

Existem duas teorias de grande importância ao tratar a relação entre desenvolvimento e aprendizagem. A primeira parte do pressuposto da independência do processo de desenvolvimento e do processo de aprendizagem. Nesta, é destacado que o processo de aprendizagem é resultado do processo de desenvolvimento; processos como o desenvolvimento e capacidade do raciocínio e a inteligência da criança, suas percepções sobre seus contextos sociais, suas interpretações físicas, sua organização lógica do pensamento e a organização abstrata, entendidos como processos autônomos que não são influenciados pela aprendizagem escolar. Já a segunda teoria, vem sugerindo o oposto e afirmando que a aprendizagem é desenvolvimento (VIGOTSKII; LURIA; LEONTIEV, 2010).

Meggiato e Corso (2019), em seu estudo, buscaram analisar características de alunos encaminhados pelos professores de sala de aula para o acompanhamento escolar. Os níveis avaliados por eles são: nível de escolaridade, idade, sexo, incidência de reprovação, tipo de dificuldade mais evidente e acesso (ou não) a reforço escolar. O estudo ocorreu com 60 crianças matriculadas no Ensino Fundamental e demonstrou que o maior número de encaminhamentos de dificuldades de aprendizagem ocorre no 3º ano, aos oito anos de idade, representando 26,66%, seguida dos alunos dos 2º anos com 25% e alunos do 5º ano com 23,33%. A maior incidência de encaminhamentos foi de meninos. Os maiores motivadores para os encaminhamentos foram a dificuldade na leitura e escrita. Desta amostra, 35% enfrentam dificuldades ligadas à desatenção e, destes, 30% já havia sido reprovado. Da amostra geral, 70% ainda não recebiam nem um tipo de acompanhamento extraclasse.

Miziara e Vectore (2014) sugerem que a obesidade é um fator potencial à prática do *bullying* e, ao tratar dos desafios enfrentados por crianças com excesso de peso, deve-se pensar em um trabalho multidisciplinar que envolva a participação de psicólogos, educadores físicos e nutricionistas.

Segundo Zequinão *et al.* (2017), de uma maneira geral, no ambiente escolar, as vítimas de *bullying* tendem a faltar às aulas de forma frequente e sem justificativa, apresentando um baixo desempenho acadêmico e comportamentos depressivos. Além disso, elas demonstram insegurança ao se expressarem publicamente e preferem se manter distantes de seus colegas.

Atualmente, é verificado um aumento significativo de laudos de crianças em fase escolar, muitos argumentos são justificados pela tentativa de frear problemas maiores no futuro. É entendido que, quanto antes se tem o diagnóstico, maior a possibilidade de lidar efetivamente com os possíveis problemas (CAPONI, 2018).

Atualmente, o TDAH é um dos transtornos mais conhecidos nas escolas e suas maiores dificuldades são atribuídas à atenção, à hiperatividade e à impulsividade desses alunos. A falta de interesse, a descrença ou simplesmente por ser mais fácil culpar alguém, abordar esse tema pode ser ainda um assunto delicado. Alunos com esse transtorno apresentam dificuldades em manter a atenção; são dispersos e distantes quando lhe dirigem a palavra; têm dificuldades em



seguir instruções e em terminar suas atividades pela dificuldade para organizar tarefas e atividades; evitam envolver-se em tarefas que exigem esforço mental por longos períodos; têm facilidade em perder coisas; são distraídos por estímulos facilmente; apresentam esquecimentos; estão sempre agitados mexendo os pés ou as mãos; na sala de aula, sempre estão circulando e sempre correndo; manifestam dificuldade em interagir com outras crianças silenciosamente; falam muito; muitas vezes dão respostas impulsivas e possuem dificuldade em aguardar sua vez para falar. Mesmo com estas dificuldades, os alunos enfrentam condições negativas nas escolas onde, nem sempre os conteúdos são atrativos e a falta de preparo dos professores com esta realidade específica (REIS; CAMARGO, 2008).

Crianças com TDAH tendem a tentar fazer várias coisas ao mesmo tempo de forma desorganizada e, geralmente, não finalizam seus projetos. Nem sempre os pais aceitam ou assumem que os filhos sejam portadores; com isso, o apoio da escola e, principalmente dos professores, é fundamental, pois alunos portadores do TDAH podem ter, como consequência do transtorno, baixo rendimento escolar, problemas com baixa autoestima e dificuldades em se relacionar com pessoas. A genética é o principal fator apontado como fator desencadeante do transtorno. A falta de professores capacitados pode ser um agravante para esta condição justamente pela crença equivocada de que as crianças se dispersam porque não compreendem quando é exatamente ao contrário, as crianças não aprendem, pois elas dispersam (FREITAS; FIGUEIREDO; BOMFIM; MENDONÇA, 2010).

A falta de informação e despreparo facilmente contribuem para que diagnósticos sejam confundidos e negligenciados. É comum que crianças com TDAH sejam confundidas com crianças com TDO (Transtorno Desafiador de Oposição) ou TC (Transtorno de Conduta). Isso acontece pela semelhança entre eles. A criança com TDO, por exemplo, possui um padrão de desobediência, desafio, comportamentos hostis, dificuldade em seguir regras ou assumir responsabilidades. Já crianças com TC, além da agressividade, apresentam violações mais graves como furtos, crueldade com pessoas e animais (SERRA-PINHEIRO; SCHMITZ; MATTOS; SOUZA, 2004).

Outra dificuldade encontrada são os altos números de incidência de casos de autismo, este transtorno pertence ao grupo de Transtornos Globais do Neurodesenvolvimento (TGDS). Estes grupos possuem sintomas centralizados em áreas do desenvolvimento: prejuízos de habilidades sociais, nas habilidades de comunicação, verbal e não verbal, comportamentais (SILVA; MULICK, 2009).

Landskron e Sperb (2008), em sua obra, apresentam as dificuldades de nove professores das séries iniciais do Ensino Fundamental em conduzir alunos com transtornos de aprendizagem. Em relatos, professoras afirmam que crianças que fazem uso de medicamentos, são menos agitadas e mais concentradas.

2.7 O Abuso de Drogas

O abuso de drogas lícitas e ilícitas também é um fator presente nas escolas brasileiras. O álcool, maconha, tabaco e crack são os mais comuns em alunos do Ensino Médio, entretanto este comportamento não é exclusivo aos adolescentes, esta é uma prática que pode ser observada também em alunos mais novos (PAINI; CASTELETTO; FONSECA, 2010).

A pesquisa nacional de saúde escolar (PeNSE), realizada pelo IBGE (2019) com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, mostra que, na capital Cuiabá, 9,9% dos alunos já experimentaram drogas ilícitas pelo menos uma vez. Desses, 8,6 são meninos e 11,2% são meninas. A mesma pesquisa identificou que 54,8% desse público já experimentaram bebidas alcoólicas e 25,4% já experimentaram o cigarro (BRASIL, 2019).



2.8 Políticas Públicas e o Amparo da Lei para o Direito à Educação

As políticas públicas devem atingir toda a população sem nenhum tipo de discriminação de nível social, independente de raça, religião e sexo e em todas as escolaridades, que visam à ampliação da democracia, com vistas à promoção do bem-estar de toda a sociedade. Mas, para isso, as ações estão relacionadas ao desenvolvimento e execução de ações para a qualidade de vida como habitação, lazer, transporte, segurança, meio ambiente, saúde, educação, assistência social, as quais devem contemplar todos os indivíduos (SANTOS; MELO; PEREIRA, 2020).

Direitos sociais são concretizados por meio das políticas públicas, as quais apresentam demandas variadas e complexas, em um cenário de recursos escassos. Portanto, agir com base em evidências é o que se almeja, pois elas dão suporte e subsídios para escolher, dentre alternativas possíveis, qual caminho será seguido na condução de determinada política pública. Assim, a gestão do conhecimento e o monitoramento adequado são imprescindíveis, tanto para o diagnóstico do contexto social, quanto para o acompanhamento constante de dados, informações e indicadores durante a execução da política, permitindo que o agente público tenha condições mais favoráveis para tomar decisões (CAMARGO *et al.*, 2020).

Assim, as políticas públicas voltadas para a Educação, através da gestão pública, devem exercer seu papel de responsabilidade nas funções econômicas alocativa, distributiva e estabilizadora, demandando recursos, os quais devem ser arrecadados e utilizados em conformidade com as normas de finanças públicas, tornando, assim, um processo importante a ser acompanhado (REINEHR *et al.*, 2020).

O acesso à Educação é um direito assegurado a todas as crianças e adolescentes, sendo possível afirmar haver, em vigor, uma legislação específica que privilegia o direito ao acesso escolar a todos os estudantes (CAMARGO *et al.*, 2020).

A Educação é também um dever da família e do Estado. Em muitas regiões do Brasil, as crianças trabalham para ajudar no sustento da casa e, por isso, não recebem incentivo familiar para se dedicarem à escola. Todas as crianças têm direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, que deve garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância (NOVO, 2019).

A Doutrina da Proteção Integral da formação não somente pessoal como acadêmica, é introduzida pela CF/88. O artigo 227 da Carta Constitucional consagra direitos fundamentais que devem ser universalmente reconhecidos. Dentre os direitos elencados no referido artigo está a Educação como direito fundamental que traduz: que é dever conjunto da família e Estado o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, profissionalização, lazer, cultura, respeito, liberdade, dignidade, interação familiar e comunitária e os deixar livres de toda negligência, crueldade, opressão e discriminação (BRASIL), 1988, p.65

A construção de uma escola pública democrática implica conhecimento das políticas públicas educacionais que estão em vigor, além da compreensão do fenômeno educacional em toda sua complexidade (PASQUALINI; SOUZA; LIMA, 2013).

Com o objetivo de identificar o conhecimento e percepção dos alunos sobre programas de prevenção a drogas e identificar a origem de seus conhecimentos, Pavani, Silva e Moraes (2009) realizaram uma pesquisa com 1041 alunos do Ensino Médio no município de São José do Rio Preto em São Paulo e verificaram que 89,2% dos alunos, são orientados sobre o consumo de drogas na escolas e 56,6 desse alunos, conseguem conversar com os pais sobre o assunto e somente 30,4% têm esse mesmo diálogo com professores.

Com o objetivo de promover ações para a atenção e prevenção à saúde das crianças e jovens, a Secretária Municipal de Saúde de Sinop, lançou, no dia 11 de abril de 2023, o programa Saúde na Escola. O programa se responsabiliza em desenvolver 13 ações com o



intuito de orientar e conscientizar os alunos de 34 unidades municipais de Educação. Dentre as ações, destaca-se a conscientização referente à violência contra mulheres, trânsito seguro, combate às drogas, combate à dengue, sobre a importância da atividade física e com foco principal voltado ao combate da obesidade infantil (SINOP - MT, 2023).

Com o intuito de proporcionar interação entre os alunos e os professores responsáveis, valendo-se de jogos e prática de atividades físicas, e reforçar a importância e os benefícios dessas atividades, a Secretária de Educação em parceria com Esporte e Cultura de Sinop, MT promoveu a quinta edição dos jogos das crianças. As atividades foram realizadas com as turmas de 1º e 5º anos do Ensino Fundamental. Entre as atividades, inclui-se cabo de guerra, corrida de saco, jogo da velha, tiro ao alvo e bambolê (KIENEN, 2023).

A Educação de Ensino Médio em nível nacional tem um histórico de tentativas e fracassos, sendo evidenciado, principalmente, pela falta de financiamento no processo de manutenção e falta de investimento na formação de professores e recursos humanos em geral. Fracasso esse que, muitas vezes, tem como fator o início e fim de mandatos políticos, desfavorecendo a continuidade administrativa e pedagógica (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

De acordo com a nova Lei 13.415, a reforma curricular do Ensino Médio tem por objetivo tornar o currículo mais flexível para, dessa forma, melhor atender os interesses dos desses alunos. Apoiar-se, para tal, em duas justificativas: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação.

2.9 A Psicologia na Escola

Em seu artigo, Valle (2003) aborda a necessidade de mudança de paradigmas na Educação e destaca o papel do psicólogo escolar nesse contexto. O psicólogo enfrenta desafios, como a sua integração na escola e a necessidade de atuação preventiva, indo além de abordagens remediativas ou clínicas. A colaboração entre Psicologia e Pedagogia é destacada como essencial para alcançar objetivos educacionais ideais.

Levados pelas características americanas, e impulsionados pela cultura de valorização do que era útil, a Psicologia da Educação surge com Alfred Binet (1857-1911) e Théodore Simon (1873-1961) a partir do desenvolvimento de um teste usado como ferramenta para avaliação de inteligência dos alunos. Esta proposta perdeu forças principalmente nas décadas de 20 e 30, entretanto com o surgimento de eventos como a Segunda Guerra Mundial, novamente a Psicologia é usada como ferramenta para auxiliar na resolução de problemas e se destaca, mais uma vez, na década de 50, quando a Psicologia oferece auxílio, principalmente voltado à Educação, mas somente na década de 70, ocorre avanço significativo no que diz respeito a estudos voltados para instituições que tratam de aspectos instrumentais do processo de aprendizagem, dispensando sua atenção a processos mentais como memória, percepção, representação de conhecimento, raciocínio, criatividade e resolução de problemas (PRADO, 2015).

O psicólogo escolar realiza intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, e tem como foco os fenômenos psicológicos produzidos não somente pela Psicologia, mas também outras áreas (ANTUNES, 2008).

A Psicologia Escolar auxilia diretamente no desenvolvimento dos alunos, tendo, como base, ferramentas e propostas eficazes trazidas da Psicologia e outras áreas para atender as necessidades escolares, dessa forma, gerando impactos positivos para o social. Nesse contexto, a Psicologia Escolar auxilia no desenvolvimento do olhar crítico dos profissionais da escola,



com vistas também a constituir um ambiente mais humanizado, inclusive para os próprios professores, que recebem apoio de um profissional que compreende suas demandas e que o auxilia com propostas eficazes para suas dificuldades. Trabalhará junto à escola para o desenvolvimento de uma educação totalitária e inclusiva e que não se limita aos muros da escola, intermediando a comunicação da escola com outras organizações sociais sistêmicas como a família. Aqui, o psicólogo terá como dever, propor e apoiar projetos que auxiliam nas dificuldades encontradas pela escola e acompanhará o processo de ensino e aprendizagem de cada aluno e cada professor, auxiliando significativamente na interação de professores, alunos e dificuldades de aprendizagens (CASSINS, 2007).

A FENAPSI (Federação Nacional de Psicólogos) empenhou-se para garantir a resolução da Lei 13.935/2019 que afirma que as redes públicas de Educação Básica contarão com serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais e que as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais (SILVA; FACCI; ANACHE, 2021).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica que implica no levantamento de dados a partir de referências bibliográficas. Assim, posterior à seleção de materiais, procedeu-se à análise de artigos, teses e dissertações que contemplavam a temática, buscados nas bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “Vulnerabilidade” “Educação” “Políticas Públicas” “Criança e Adolescente”, com um recorte temporal dos últimos dez anos.

As bibliografias utilizadas apresentam um recorte temporal, para os artigos, de cinco anos, ou seja, publicações compreendidas entre 2018 e 2023. Entretanto, também foram utilizadas algumas obras, consideradas fundamentais para esta pesquisa, que são de anos anteriores, a exemplo da CF de 1988, Rúa (20140; Mello (2015); Nobre (2003); Cassins (2007).

Em seguida, foi realizado um estudo das políticas públicas já existentes para análise dos principais prejuízos ocasionados pela má gestão destas. Após a realização da coleta de dados, e a análise das políticas públicas já existentes, procedeu-se à discussão dos resultados encontrados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A manutenção da desigualdade socioeconômica é um fator determinante no processo de evasão escolar e, para que o processo de aprendizagem seja efetivado de maneira assertiva, requer condições facilitadoras para que seja efetivado (FEITOSA *et al.*, 2018, (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018).

Quando se trata de famílias em situação menos privilegiada, a escola tem o papel de garantir Educação adequada, segundo as necessidades de cada aluno, dessa forma considerando a individualidade e demanda de cada um e, assim, permitindo que o processo de aprendizagem se torne possível (NOVO, 2019) (BRASIL; SILVA; SILVA; RODRIGUES; QUEIROZ, 2017).



A aproximação da família com a escola é uma ferramenta fundamental para a criação de estratégias capazes de dar significado à Educação para a criança. Dessa forma, cabe à escola e à família preparar crianças e adolescentes para a inserção na sociedade (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Seguindo a obra de Gomes, Nunes e Pádua (2019), é possível afirmar também que profissionais da Educação precisam ser treinados para que o aluno seja compreendido em sua totalidade e ser possível atender suas necessidades de forma individual, reduzindo as chances da evasão escolar (ANTUNES, 2008).

O trabalho motivacional na instituição escolar pode ser usado como ferramenta facilitadora do ensino aprendizagem. Isso porque, para que haja essa troca, os professores precisam estar motivados para transmitir o conhecimento de forma que o aluno seja capaz de se motivar a recebê-lo (KNÜPPE, 2006).

Cabe destacar que promover Educação de qualidade envolve não somente a escola, mas sim a ação e a participação multidisciplinar de equipes de apoio para a formação e integração genuína desses indivíduos em contextos sociais (SILVA; FACCI; ANACHE, 2021).

De acordo com as problemáticas citadas no decorrer desse trabalho, foi observado que as crianças que mais precisam das atenções sociais e governamentais, são as que têm maiores dificuldades em seu desenvolvimento psicológico, cognitivo, econômico e social.

Esta realidade de vulnerabilidade na fase estrutural da formação do indivíduo, traz sérias consequências não somente à vida daquele indivíduo, como também grandes impactos sociais e econômicos no Brasil (VIGOTSKII; LURIA; LEONTIEV, 2010).

Deste modo, é necessário o treinamento contínuo de profissionais envolvidos no processo educacional para a promoção de uma Educação inclusiva e que leve em consideração a individualidade de cada membro envolvido no contexto escolar (FREITAS; FIGUEIREDO; BOMFIM; MENDONÇA, 2010).

E assim, o psicólogo escolar tem o papel de apoiar o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes, cabendo-lhe atuar na identificação e intervenção de dificuldades de aprendizagem e em necessidades especiais dos alunos. Com isso, ressalta-se a importância do psicólogo escolar para conquista de efetiva qualidade nesse espaço de formação, favorecendo a permanência de alunos nas escolas (SILVA; FACCI; ANACHE, 2021).

Outro fator importante que contribui com a redução da evasão escolar é a atuação de uma equipe multidisciplinar, levando em consideração que a escola recebe uma diversidade de contextos de alunos, trazendo, assim, grandes demandas e, muitas vezes fazendo com que o professor atue fora da sua especialidade. A equipe multidisciplinar buscará direcionar uma gestão participativa e que o aprendizado não se limite à sala de aula (SILVA; FERREIRA, 2014).

A Psicologia pode ser tratada como um dos principais fatores determinantes no auxílio do desenvolvimento assertivo de crianças e adolescentes em fase escolar. Pode-se afirmar que a realidade de exclusão, desigualdade social e de inacessibilidade a políticas públicas impacta consideravelmente o desenvolvimento psicológico desse público e que é necessário desenvolver estratégias para efetivar a participação das famílias no que se refere à Educação escolar (MEDEIROS et al., 2019).

A Psicologia Educacional pode ser entendida como uma subárea da Psicologia que tem por objetivo produzir saberes psicológicos no espaço escolar sobre as relações que ali se estabelecem. Dessa forma, é possível afirmar que a Psicologia Educacional trata da produção de conhecimentos dos saberes psicológicos através de materiais sistematizados e organizados no âmbito escolar (BARBOSA; SOUZA, 2012).



O papel do psicólogo escolar é analisar e propor intervenções psicológicas capazes de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem levando em consideração as características dos professores e alunos e também as normativas e os materiais disponíveis na instituição; promover atividades capazes de estimular o desenvolvimento cognitivo dos alunos, observando suas interações na escola, família e comunidade; juntamente com o apoio das equipes multiprofissionais, garantir a inclusão de todos os alunos; assessorar os professores quanto aos procedimentos adequados às individualidades dos alunos; fomentar programas para a orientação profissional, auxiliar na implementação de projetos pedagógicos eficazes e políticas educacionais de forma interdisciplinar; usar técnicas adequadas para auxiliar no replanejamento escolar, e avaliar a eficácia de programas já implementados. Propõe a intervenção psicológica para auxiliar nos objetivos escolares; atua buscando a promoção da qualidade de vida de toda a comunidade escolar e no enfrentamento do combate à violência na escola, tratando diretamente com a escola e a família dos alunos (BRASIL, 2022).

A Psicologia Escolar é uma ferramenta valiosa para mediar os problemas educacionais, pois ela, em sua integralidade, e pode oferecer suporte não somente aos alunos no ambiente escolar, mas também em contextos familiares e na comunidade, facilitando, dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem (ANTUNES, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escolarização de alunos de famílias pobres, é repleto de dificuldades e o papel do Estado em proporcionar maneiras para que esse direito seja acessado por todos, é parte fundamental para que o processo ocorra.

É necessária a atenção não somente às medidas oferecidas para garantir o direito, mas também na qualidade das medidas oferecidas e a fiscalização dessas medidas.

A organização de um processo abrangente e totalitário que leve em consideração não somente atividades dentro dos muros das escolas, mas também todos os aspectos que envolvam a vida e as necessidades individuais de cada aluno incluindo saúde, moradia, alimentação e principalmente a participação familiar no processo de ensino e aprendizagem, é fundamental para avanços econômicos.

Para que esses processos aconteçam, é fundamental a participação de equipes multidisciplinares para que sejam desenvolvidos projetos para dentro e fora das escolas.

Medidas para capacitação constante e a valorização de professores para melhor atuação direta com as necessidades dos alunos, devem ser contínuas e efetivas.

A presença de psicólogos em escolas facilita e capacita toda a equipe escolar, cabendo a ele orientar e promover a inclusão e a permanência dos alunos nas escolas; bem como ser mediador de demandas que culminem em processos de ensino-aprendizagem mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572008000200020>.



ALMEIDA, T. Psicologia do desenvolvimento e a delimitação de modos de ser criança. Devir-adulto, devir-sujeito e a educação de infância. In. F. **Biopolítica e Tanatopolítica: A Agnóstica dos Processos de Subjetivação Contemporâneos**, p. 229-249, 2019.

BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. de. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 163-173, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO).: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572012000100018>.

BRASIL. EMENTA DAS ESPECIALIDADES DA PSICOLOGIA PARA FINS DE REGISTRO DE PSICÓLOGA(O) ESPECIALISTA. Resolução Nº 23, de 13 de Outubro de 2022. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 13 out. 2022. n. 23, Seção 7. Disponível em:

<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-23-2022-institui-condicoes-paraconcessao-e-registro-de-psicologa-e-psicologo-especialistas-reconhece-as-especialidades-dapsicologia-e-revoga-as-resolucoes-cfp-no-13-de-14-de-setembro-de-2007-no-3-de-5-de-fevereiro-de2016-no-18-de-5-de-setembro-de-2019?origin=instituicao&q=escolas#> . Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Ibge. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisanacional-de-saude-do-escolar.html?edicao=31442&t=downloads>. Acesso em: 06 maio 2023.

BRASIL. Ibge. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisanacional-de-saude-do-escolar.html?edicao=31442&t=downloads>. Acesso em: 06 maio 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; SILVA, Gabrielle Lenz da; CRESPO, Renata Oliveira; OLIVEIRA, Calleb Rangel de; MAGALHÃES, Suelen Lessa. DESAFIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO CONTEXTO INCLUSIVO: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. *Educação em Revista*, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 1-22, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/01024698214220>.

CAMARGOS, E. S.; CAMARGOS, M. D. DE C.; MELLO, R. S. V. DE; ALMEIDA, G. H. DE. O direito à educação da criança hospitalizada. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 2, p. 165-194, 18 dez. 2020.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 54-66, nov. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s305>.



CAPONI, S. N. Dispositivos de segurança, psiquiatria e prevenção da criminalidade: o tod e a noção de criança perigosa. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 298-310, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018180146>.

DA SILVA, A. J. N.; COSTA, R. R. da; NASCIMENTO, A. M. R. As Implicações dos contextos de Vulnerabilidade Social no Desenvolvimento Infantojuvenil: da Família à Assistência Social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e2799. Acesso em: 16 nov. 2022.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 21, n. 70, p. 63-79, abr. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302000000100005>.

FEITOSA, M. Z. DE S. et al. Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa ambiente: um olhar ético político* * Agências de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). **Fractal: Revista de Psicologia**. 2018, v. 30, n. 2, pp. 196203. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505>>. Epub May-Aug 2018. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5505>. Acesso em: 16 Novembro 2022.

FREITAS, J. S.; FIGUEIREDO, K. C.; BOMFIM, N. R.; MENDONÇA, T. F. R. TDAH: nível de conhecimento e intervenção em escolas do município de Floresta Azul, Bahia. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 1-9, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202010000200007. Acesso em: 30 abr. 2023.

FREITAS, J. S.; FIGUEIREDO, K. C.; BOMFIM, N. R.; MENDONÇA, T. F. R. TDAH: nível de conhecimento e intervenção em escolas do município de Floresta Azul, Bahia. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 1-9, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202010000200007. Acesso em: 30 abr. 2023.

GUARESCHI, P. Psicologia e Pós-Verdade: a Emergência da Subjetividade Digital. **PSI UNISC**, v. 2, n. 2, p. 19-34, 20 jul. 2018.

KIENEN, V. Prefeitura realiza edição dos “Jogos das Crianças” e proporciona integração entre alunos. 2023. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-realizaedicao-dos-jogos-das-criancas--e-proporciona-integracao-entre-alunos-10878/>. Acesso em: 07 maio 2023.

KIENEN, V. Prefeitura oferece curso de libras gratuito e reforça importância da inclusão com a comunidade. 2023. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura->



[oferececurso-de-libras-gratuito-e-reforca-importancia-da-inclusao-com-a-comunidade-10868/](#)
. Acesso em: 07 maio 2023.

KNÜPPE, Luciane. Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do ensino fundamental. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 27, p. 277-290, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602006000100017>.

LANDSKRON, L. M. F.; SPERB, T. M. Narrativas de professoras sobre o TDAH: um estudo de caso coletivo. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 153-167, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572008000100011>.

MEGGIATO, A. O.; CORSO, L. V. Quem são os alunos encaminhados para acompanhamento de dificuldades de aprendizagem? *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 36, n. 109, p. 1-16, abr. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862019000100007. Acesso em: 28 abr. 2023.

MIZIARA, A. M. B.; VECTORE, C. “Excesso de peso em escolares: percepções e intercorrências na escola”. *Psicologia Escolar e Educacional*, vol. 18, no 2, agosto de 2014, p. 283–91. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182746>.

NOBRE, F. E. O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 3, n. 2448-0959, p. 103-105, 2003. Mensal. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/>. Acesso em: 15 out. 2022.

NOVO, B. N. O direito à educação O direito à educação. **Educação**, v. 4, p. 30, 2019.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAËJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 99-108, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2010000100012>.

PASQUALINI, Mariana Guimarães; SOUZA, Marilene Proença Rebello de; LIMA, Cárita Portilho de. Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 15-24, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572013000100002>.

PAVANI, R. A. B.; SILVA, E. de F.; MORAES, M. S. de. Avaliação da informação sobre drogas e sua relação com o consumo de substâncias entre escolares. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-216, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/PMzHGGCRKjcRhw3PmFphRLq/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2023

PESSOA, A. S. G.; COMIN, F S. Pesquisas com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no Brasil: debates inacabados e novos dilemas. **Revista da SPAGESP**, v. 21, n. 1, p. 1-5, 2020.



POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 303-312, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-85572005000200012>.

PRADO, M. S. M. **Psicologia da Educação**. 2015. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/ead/titulos-publicados?page=2>. Acesso em: 08 maio 2023.

RODRIGUES, Luciana e GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A performance do vínculo na Política de Assistência Social. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2018, vol.70, n.1, pp. 161-174. ISSN 1809-5267.

SANTOS, T. S.; MELO, A. S. de.; PEREIRA, J. D. As políticas públicas sob a ótica do Programa Mais Educação: experiências de uma escola pública do Estado de Pernambuco. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 28, 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/28/as-politicas-publicas-sob-a-otica-doprograma-mais-educacao-experiencias-de-uma-escola-publica-do-estado-de-pernambuco>. Acesso em 15 nov. 2022.

SAWAYA, Ana Lydia. Desnutrição: conseqüências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 20, n. 58, p. 147-158, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142006000300016>.

SERRA-PINHEIRO, M. A.; SCHMITZ, M.; MATTOS, P.; SOUZA, I. Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. *Bras Psiquiatr, Rio de Janeiro*, v. 2, n. 09, p. 1-5, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/7S44bNFFLpKBzTzVzXkSJDG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2023.

SILVA, Silvia Maria Cintra da; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach. EDITORIAL - PSICOLOGIA ESCOLAR, IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/19 E ENFRENTAMENTOS À PANDEMIA. *Psicologia Escolar e Educacional*, [S.L.], v. 25, p. 1-2, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392021001>.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932009000100010>.

SINOP - MT. DAIANE STELA. . Prefeitura lança Programa Saúde na Escola com ações de orientação e prevenção. 2023. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-lanca-programa-saude-na-escola-com-acoede-orientacao-e-prevencao-10817/>. Acesso em: 07 maio 2023.

SMITH, L. M. (comp.). FREDERIC SKINNER: burrhus frederic skinner editado - nova antologia. Recife: Editora Massangana, 2010. 164 p. Tradução: Maria Leila Alves.



SOUZA, L.; PINTO, M.; FIORATI, R: Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. Ribeirão Preto, v.1,2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt#> /. Acesso em: 04 setembro 2022.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. Psicologia escolar: um duplo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 22-29, mar. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932003000100004>.

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (org.). Linguagem desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Icone, 2010. Disponível em: <https://www.unifalmg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-SemenovitchLinguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida; CARDOSO, Allana Alexandre; SILVA, Jorge Luiz da; MEDEIROS, Pâmella de; SILVA, Marta Angélica Lossi; PEREIRA, Beatriz; CARDOSO, Fernando Luiz. Academic performance and bullying in socially vulnerable students. **Journal Of Human Growth And Development**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 19, 13 abr. 2017. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.127645>.